

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

MARIANA VIEIRA VENTUROLE

Lendo imagens: caminhos do filme na biblioteca pública

São Paulo
2020

MARIANA VIEIRA VENTUROLE

Lendo imagens: caminhos do filme na biblioteca pública

Monografia apresentada ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ivete Pieruccini

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Venturole, Mariana Vieira
Lendo imagens: caminhos do filme na biblioteca pública /
Mariana Vieira Venturole ; orientadora, Ivete Pieruccini. --
São Paulo, 2020.
41 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de
Informação e Cultura/Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. Bibliotecas públicas -- Estados Unidos 2. Bibliotecas
públicas -- França 3. Filmes I. Pieruccini, Ivete II. Título.

CDD 21.ed. - 027.4

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

MARIANA VIEIRA VENTUROLE

Lendo imagens: caminhos do filme na biblioteca pública

Monografia apresentada ao Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ivete Pieruccini

Data de aprovação: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora

Membro Titular

Membro Titular

Local: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Aos meus companheiros de leitura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profª Drª Ivete Pieruccini por topar me acompanhar neste projeto. Foram nessas conversas que compreendi o que está em jogo em um verdadeiro trabalho de pesquisa, e que nele também há espaço para um olhar afetuoso.

Àquelas que fizeram parte desta graduação: Claudia, Greicy e Odete, minhas colegas que, nesta troca de experiências constante, me fizeram pensar e repensar a biblioteca.

Aos meus amigos, por tornar o caminho mais claro e o passo mais leve.

À Mary, pelo carinho e pela paciência, e ao Gustavo, pela inestimável perspectiva de fora.

*Então para mim o cinema é o mesmo, é
uma promessa, uma promessa de um dia
ser um cidadão do mundo.*

Serge Daney

RESUMO

VENTUROLE, M. V. **Lendo imagens**: caminhos do filme na biblioteca pública. 2020. 40 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2020.

Este trabalho explora a relação entre o filme e a função educativa da biblioteca pública. A partir de uma metodologia qualitativa e exploratória, a revisão bibliográfica aborda o tema a partir de dois eixos: as *public libraries* da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos e as *médiathèques* francesas, examinando suas práticas e seus contextos particulares. Um panorama da relação entre a biblioteca moderna e documentos audiovisuais é então traçado, que vai das suas origens em meados do século XIX e atravessa todo o século XX, chegando nos dias de hoje. Questões relativas ao tempo da informação, à fragmentação do conhecimento e ao desenvolvimento de um cenário intersemiótico na sociedade pós-industrial orientam a análise. Ao comparar o papel do filme nesses dois modelos, a função da biblioteca pública de formar cidadãos é reconsiderada a partir de uma noção de leitura ligada à educação cultural, em oposição à uma educação continuada pautada apenas pela técnica.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas -- Estados Unidos. Bibliotecas públicas -- França. Filmes.

ABSTRACT

VENTUROLE, M. V. **Reading images**: directions of film in the public library. 2020. 40 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2020.

This work explores the relationship between film and the educational function of public libraries. Using a qualitative and exploratory methodology, the literature review approaches the theme from two points: the *public libraries* from Great Britain and the United States, and the French *médiathèques*, investigating their practices and their particular contexts. An overview of the relationship between the modern library and audiovisual documents is then sketched, from its origins in the mid-eighteenth century, crossing the entirety of the twentieth century to our days. Questions related to information and time, the fragmentation of knowledge and the development of an intersemiotic landscape in post-industrial society direct the analysis. When comparing the role of film on both models, the public library's function of educating citizens is reconsidered from a notion of reading connected to cultural education, in opposition to views of lifelong learning based purely on technique.

Keywords: Public libraries -- United States. Public libraries -- France. Films.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Seção de <i>Traveling Pictures</i> da Biblioteca do Estado de Nova Iorque e Departamento de Educação Domiciliar.	19
Figura 2 — Anúncio em revista promovendo filmes baseados em livros.	20
Figura 3 — Quadros de <i>Reforma de um bêbado</i>	21
Figura 4 — Itens do acervo multimídia nas estantes entre os livros.	28
Figura 5 — Estação de consulta de vídeos.	28
Figura 6 — A multimídia e a viagem no tempo-espço em <i>Sem sol</i>	29
Figura 7 — O século XX: do Impressionismo ao vídeo.	30
Figura 8 — <i>A Antígona de Sófocles, na tradução de Hölderlin, tal como foi adaptada ao palco por Brecht em 1948 (edições Suhrkamp)</i>	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	American Library Association
BAI	Bibliothèque des Amis de l'Instruction
BPI	Bibliothèque publique d'information
CNAC	Centre national d'art et de culture Georges Pompidou
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A <i>PUBLIC LIBRARY</i> E A EDUCAÇÃO CONTINUADA.....	16
1.1 O modelo americano.....	17
1.1.1 A virada do século e as imagens fixas.....	18
1.1.2 Filmes nas bibliotecas americanas e o papel da ALA.....	20
2 A <i>MÉDIATHÈQUE</i> E A LEITURA PÚBLICA.....	24
2.1 A <i>médiathèque</i> , biblioteca pública.....	26
2.2 A BPI: do livro ao audiovisual.....	27
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35
APÊNDICE.....	39

INTRODUÇÃO

A presença de registros de imagens em bibliotecas acompanha sua história: dos mapas aos livros ilustrados, das gravuras às fotografias, as imagens sempre encontraram um lugar no “templo do livro”. Conforme as condições de produção e circulação tornam possíveis, novas tipologias documentais são introduzidas nas bibliotecas — as iluminuras das bibliotecas de mosteiros medievais se somam às coleções de gravuras das bibliotecas da nobreza confiscadas durante a Revolução Francesa, enquanto no século XIX, o desenvolvimento industrial permite que impressos ilustrados sejam feitos em larga escala, ao mesmo tempo em que os frutos das tecnologias de captura de imagem, como a fotografia e o cinema, rapidamente passam a integrar acervos. À medida que o audiovisual ganha importância na vida cultural dos sujeitos durante o século XX, sua presença nas bibliotecas se solidifica. Se hoje são apontados como parte essencial de uma biblioteca nas *Diretrizes da IFLA Sobre os Serviços da Biblioteca Pública* (KOONTZ; GUBBIN, 2013) e no *Manifesto da IFLA/UNESCO Sobre Bibliotecas Públicas de 1994*, é graças a um reconhecimento prévio de seu valor como fonte de informação nas bibliotecas públicas, onde se estabelece uma história de produção de fazeres que asseguram a preservação e o acesso desse material.

Dada a variedade de suportes que compõe a categoria dos “materiais audiovisuais” no âmbito biblioteconômico, a opção deste trabalho de privilegiar as relações entre o filme¹ e a biblioteca, parte de uma justificativa dupla: de um lado, temos a centralidade do cinema na experiência da modernidade que se desvelava durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a ponto de se estabelecer nesse período como “o mais singular e expansivo horizonte discursivo no qual os efeitos da modernidade foram refletidos, rejeitados ou negados, transmutados e negociados” (HANSEN, 2010, p. 409), posição que parece

1 A preferência pelo termo “filme” ao longo do texto é feita por uma série de fatores. Hoje, o termo “cinema” é comumente associado a uma faceta particular da expressão artística: o longa-metragem narrativo de ficção, que ganhou *status* de “forma-padrão” da prática cinematográfica durante o início do século XX. Como veremos mais adiante, tal forma não foi a única nas bibliotecas, sendo acompanhada também por documentários e filmes educativos, por exemplo. Aqui, o termo “filme” é guarda-chuva para uma noção mais alargada de cinema, que cobre desde as pequenas atrações dos irmãos Lumière aos cine-ensaios eletrônicos, evitando associar a ideia de cinema a uma única forma ou suporte. O termo “obra audiovisual” também não foi escolhido por implicar em materiais que fogem desse escopo, como programas televisivos, além da tendência da área de denominar “audiovisual” um conjunto de materiais que são, muitas vezes, apenas sonoros ou apenas visuais (gravações de música, fotografias, *slides*, etc.).

significativa na medida em que lidamos com a consolidação da biblioteca pública como modelo dominante de biblioteca, também ligada a uma ideia de moderno; de outro lado, nos deparamos com uma certa escassez de literatura relativa à *relação* entre filme e biblioteca.

Essa busca de literatura (ver Apêndice A), feita em bases de dados focadas em Ciência da Informação e Biblioteconomia (LISA, E-LIS, BRAPCI, Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text), além de bases multidisciplinares de acesso aberto (Scielo, Archive Ouverte HAL), revelou uma significativa produção acadêmica voltada majoritariamente aos processos relacionados aos materiais audiovisuais dentro da unidade de informação. Discussões acerca de modelos de aquisição, técnicas de conservação, políticas de catalogação e indexação e modos de disponibilização compõem a maior parte desse conjunto, em trabalhos desenvolvidos desde a década de 1970 até hoje. Enquanto o valor dessa produção é incontestável, aqui ela serve como pista ao invés de base: apesar de ser inegável na prática, o elo que une filmes e bibliotecas parece ter-se tornado secundário na teoria.

Com a proliferação de equipamentos culturais relacionados à memória (museus, arquivos, centros de documentação, cinematecas) e a expansão do acesso à *Internet*, essa relação permanece pouco clara se a limitarmos a questões de preservação e acesso. Portanto, a pergunta que orienta este trabalho é: *qual a função dos filmes no papel educacional da biblioteca?* A partir daí, parte-se para uma análise da função do filme em dois pontos distintos na história das bibliotecas: as *public libraries* anglo-saxãs do início do século XX e as *médiathèques* francesas da década de 1970, procurando as particularidades e similaridades de cada modelo a fim de estabelecer uma base para essa reflexão hoje, no século XXI.

Nesse intervalo de tempo, vemos a valorização da informação como produto tornar-se a tônica da sociedade pós-industrial, de modo que o papel das bibliotecas deve ser contextualizado: quando falamos de informação, não falamos apenas de um procedimento técnico que visa a satisfação de uma demanda de mercado, mas falamos também de processos de construção de sentido, e é por esse caminho que buscamos pistas em momentos anteriores para repensar a questão. Ao nos debruçarmos sobre tais pontos, podemos identificar uma rede de relações que ajudam a esclarecer a presença dos filmes nas bibliotecas: a midiaticização da sociedade (PERAYA, 1999), as imagens que ganham espaço numa cultura em que,

até então, a “sustentação simbólica [...] era tarefa do capitalismo editorial” (XAVIER, 2010, p.10), o tempo do capital e as implicações de suas trocas aceleradas para o conhecimento e a memória (BOSI, 1995). Tal perspectiva admite a biblioteca como um dispositivo cultural dinâmico, cujas atividades devem ir além da guarda e disponibilização de livros: nesse cenário complexo, a biblioteca é local privilegiado para que se desenvolva uma prática educativa mais ampla no que tange a informação, como sugerem Shapiro e Hughes (1996), com o potencial de superar a fragmentação do conhecimento que alerta Morin (2000).

O presente trabalho parte de uma abordagem qualitativa e exploratória, tendo em vista seu caráter teórico e a escassez da literatura que trate diretamente o tema (GIL, 2008). Através de levantamento bibliográfico e análise de literatura (composta majoritariamente por livros e artigos de periódicos científicos), a pesquisa pretende refletir sobre dois pontos: a presença de filmes em coleções de bibliotecas e sua articulação com a função educativa das bibliotecas. Ao eleger a *public library* e a *médiathèque* como momentos-chave para pensar essa relação, espera-se encontrar uma articulação entre filme e biblioteca, legitimando-a nesse novo regime da informação que se delineia ao longo do século passado e se refina nos dias de hoje.

1 A PUBLIC LIBRARY E A EDUCAÇÃO CONTINUADA

Vinda do latim para livraria (*libraria*), a palavra *library* tem sua origem no que é “relacionado a livros” (*librarius*). No Lexico, portal online dos dicionários da Universidade de Oxford (2020), a definição principal aponta um espaço físico que comporta coleções — majoritariamente bibliográficas — à disposição das pessoas. Enquanto o comentário sobre o conteúdo das coleções guarda diferenças em relação à definição em português², o aspecto a ser destacado neste momento é a disponibilização de uma coleção em um local determinado para um “público geral”. Para García López (2007), a condição desse caráter “público” não se esgota na ideia de

uma biblioteca aberta a um grupo mais ou menos heterogêneo de pessoas, portanto, não restrita a uma pessoa, família, ou comunidade religiosa. Acima de tudo, tratava-se de romper a barreira normativa que poderia-se impor a uma biblioteca considerada exclusiva a uma comunidade e perante a qual não se pudesse lançar mão de nenhuma “lei” ou “direito” para permitir o acesso à mesma (p. 10, tradução nossa).

Em adição ao rompimento dessa barreira, o autor propõe ainda uma outra condição: a biblioteca só se torna aberta àqueles que não os eruditos na medida em que a população deixa de ser iletrada.

A partir daí, podemos entender o *Public Libraries Act*, declarado no Reino Unido em 1850, que incentivava cidades com população maior que dez mil habitantes a utilizar impostos para a criação e manutenção de bibliotecas públicas, demanda que tornou-se maior após a *Public School Law* de 1870 (JOHNSON, HARRIS; 1976). Ao contrário de outros modelos de biblioteca na Grã-Bretanha até então (STURGES, 2003), (uma notável exceção eram as bibliotecas dos *mechanics' institutes*) as bibliotecas públicas que surgiram daí eram gratuitas, destinando-se primariamente a sujeitos da classe trabalhadora. Conforme a Segunda Revolução Industrial se aproximava, o cenário de urbanização e industrialização em grandes cidades como Manchester e Birmingham favorecia o operário alfabetizado: não apenas a indústria precisava de trabalhadores capacitados para funções mais

2 A versão digital do Dicionário Caldas Aulete traz a seguinte definição principal: “Coleção de livros, documentos e periódicos, pública (ger. aberta a consulta do público) ou particular”. O emprego do termo “documentos” não parece remeter ao sentido comum no vocabulário especializado da Biblioteconomia e áreas afins, mas sim ao documento com valor legal. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/biblioteca>. Acesso em: 20 abr. 2020.

complexas, como também a ideia de trabalhadores “fora de controle” em seu tempo livre provocava pânico nas camadas mais altas da sociedade vitoriana, resultando em uma reforma do lazer na metade do século XIX. As primeiras bibliotecas públicas, portanto, são viabilizadas por uma política paternalista, e carregam uma tensão entre propósitos didáticos e recreativos em seus acervos e práticas (SNAPE, 1995).

1.1 O modelo americano

Nos Estados Unidos, o desenvolvimento das bibliotecas públicas também se deu num momento de industrialização, em que outros tipos de biblioteca, mais restritos (seja por fatores econômicos ou administrativos, como foram as breves *social libraries*³), já haviam sido estabelecidos. Similarmente, os Estados Unidos tiveram um grande marco na metade do século XIX, com a abertura da Boston Public Library em 1854. Embora não tenha sido a primeira biblioteca a ser financiada por impostos e, portanto, apoiada pelo Estado, como aponta Bertrand (2010), a Boston Public Library foi o exemplo mais célebre do período: Boston era então a quarta maior cidade do país e seu rápido processo de urbanização promoveu também uma centralização de serviços, além de ser um importante ponto para o comércio livreiro.

Ao contrário do caso do Reino Unido, as bibliotecas públicas americanas não foram criadas sob o incentivo de um decreto, mas por iniciativas ligadas à sociedade civil, apoiadas em três ideias, identificadas por Bertrand (2010):

- a) os cidadãos de um estado democrático devem exercer o direito do voto de maneira consciente e *informada*. Seguindo uma inspiração iluminista, os livros têm papel essencial nessa formação do cidadão, e a biblioteca pública, portanto, tem aí sua justificativa;

3 As *social libraries* eram bibliotecas em que os livros adquiridos eram propriedade comum dos membros, que eram associados às bibliotecas. Esse modelo coletivo de administração tem início ainda no século XVIII, com o clube de livros de Benjamin Franklin e a Library Company of Philadelphia, e foi popular até meados do século XIX. Apesar da ideia de *social libraries* ser popular por um intervalo de tempo significativo, a maioria dessas bibliotecas não sobrevivia após o desligamento de seus fundadores (BERTRAND, 2010; JOHNSON; HARRIS, 1976).

- b) nos Estados Unidos, a necessidade de uma certa “educação continuada” não ficou restrita à formação de quadros profissionais mais capacitados, ganhando outros contornos graças a aspirações de ascensão social via meritocracia. Enquanto os esforços são individualizados, entende-se no momento que os meios para realizá-los devem ser postos à disposição da sociedade, e a biblioteca ganha status similar à escola — é uma *ferramenta para o aperfeiçoamento pessoal*;
- c) assim como nas bibliotecas do Reino Unido, havia também uma preocupação com o *controle social* dos mais pobres, e esperava-se que uma biblioteca aberta a todos colocaria esses sujeitos “no caminho certo”. No caso americano, este “caminho certo” está intimamente ligado à construção da identidade nacional do país, e esse outro a ser assimilado não é apenas pobre, mas também negro ou imigrante.

Tal situação favoreceu o investimento privado de filantropos, como a Carnegie Foundation, e o surgimento de associações ligadas a bibliotecas, como a American Library Association (ALA), associação mais antiga do tipo, fundada ainda em 1876.

Essas bibliotecas, com suas estantes abertas à população, tornaram-se o modelo para a biblioteca pública do século XX.

1.1.1 A virada do século e as imagens fixas

No fim do século XIX, a ALA já era uma organização profissional consolidada, com eventos frequentes e publicações dedicadas à discussão de questões ligadas a bibliotecas. Com base nesses registros, Brodherson (2012) procura entender o status das coleções de imagens fixas nas bibliotecas públicas americanas do período, e apresenta conclusões relevantes para este trabalho.

Em 1900, na reunião anual da associação, o então presidente da ALA, Reuben Gold Thwaites, “comenta que as ‘*traveling pictures*’ foram uma das grandes realizações no desenvolvimento das bibliotecas” (BRODHERSON, 2012, p. 3, tradução nossa) daquela década. Enquanto uma ideia similar surgiu paralelamente no Reino Unido, nos Estados Unidos as *traveling pictures* (figura 1) estavam ligadas às “bibliotecas itinerantes”, coleções emprestadas a escolas ou outras bibliotecas

menores. Estas reproduções, cobrindo uma ampla gama temática, eram identificadas e expostas à comunidade escolar em eventos nos quais os sujeitos podiam tomá-las em empréstimo por um curto período de tempo, após serem introduzidas questões relativas ao contexto do objeto representado (U.S. BUREAU OF EDUCATION, 1901). Tanto as *traveling pictures* quanto outras ações descritas no artigo de Brodherson (promoção de exposições de fotografias tiradas pela comunidade local, exposições de mapas, gravuras e reproduções no espaço da biblioteca, ideias de integração museu-biblioteca) eram elaboradas como uma ferramenta de educação artística, em um sentido amplo.

A justificativa de uma “educação do olhar” não estava apenas ligada a aproximar os sujeitos de pinturas ou esculturas consagradas, mas como o caso das *traveling pictures* nos mostra, à uma tentativa de navegar essa profusão de registros de imagens de maneira geral. Ao longo da segunda metade do século XIX e do início do século XX, cartazes tomaram as ruas das cidades e fotografias circularam nos mais diversos meios, de retratos de família ou de procurados a revistas ilustradas e cartões postais. Em seu ensaio sobre os catálogos de venda por correspondência que circulavam no interior dos Estados Unidos, fora do circuito urbano, Alexandra Keller (2010) apresenta uma situação em que o caráter comercial desses volumes é acompanhado de uma função imaginativa, de entretenimento ou “edificação”. Brodherson (2010) vê na bibliotecas uma tensão entre o *valor artístico* e o *valor informacional* desses novos documentos: ao mesmo tempo em que os profissionais procuravam educar os sujeitos quanto às novas técnicas, em outros momentos usavam essas reproduções como substitutos do objeto representado, favorecendo-o em relação a outros aspectos, como no caso do sistema de classificação de Plummer, bibliotecária do Pratt Institute na virada do século, ou de algumas iniciativas voltadas para sujeitos não-alfabetizados.

De qualquer modo, esses bibliotecários estavam cientes da importância crescente das imagens — seja qual fosse o meio ou processo — na sociedade e, portanto, na educação dos sujeitos. A tarefa complexa da “educação do olhar” também se desenvolve ao lado dos livros.

Figura 1 — Seção de *Traveling Pictures* da Biblioteca do Estado de Nova Iorque e Departamento de Educação Domiciliar



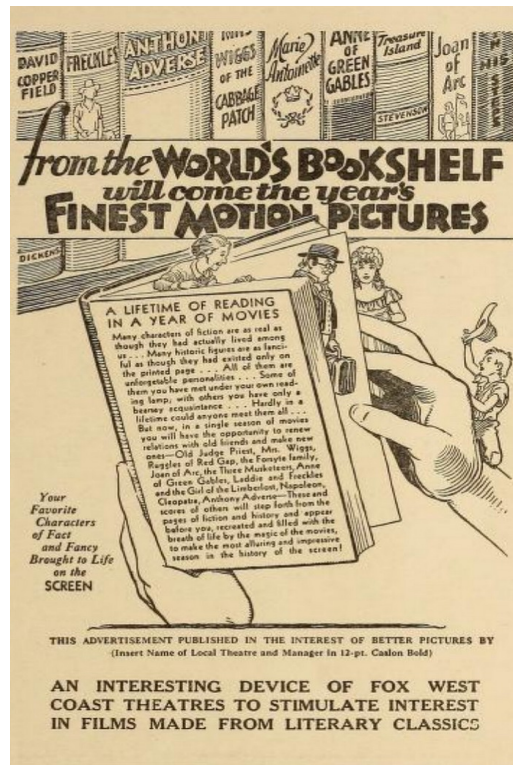
Crédito: Herbert B. Adams / Wynkoop Hallenbeck Crawford Co., 1900.

1.1.2 Filmes nas bibliotecas americanas e o papel da ALA

No primeiro artigo de um número da *Library Trends* dedicado à questão dos filmes nas bibliotecas públicas, “A Rationale for the Film as a Public Library Resource and Service”, Sigler (1978) faz um levantamento histórico da relação entre filmes e *public libraries*. A partir de sua análise, é possível identificar algumas funções desempenhadas por filmes nessas bibliotecas.

Como ponto de partida, Sigler coloca o primeiro uso registrado de filmes em bibliotecas públicas dos Estados Unidos: em 1910, a Madison Public Library usava um filme como acompanhamento de uma contação de história destinada ao público infantil. Outras iniciativas similares ocorreram pelo país, e durante as décadas seguintes, o filme como *ilustração* da leitura ganha força nas bibliotecas americanas: nas décadas de 1920 e 1930, a obtenção de cópias de produções hollywoodianas baseadas em livros (figura 2) era uma das principais demandas dos bibliotecários referente a filmes, o que revela o sucesso e expansão da estratégia inicial, certamente não mais limitada a crianças.

Figura 2 — Anúncio em revista promovendo filmes baseados em livros

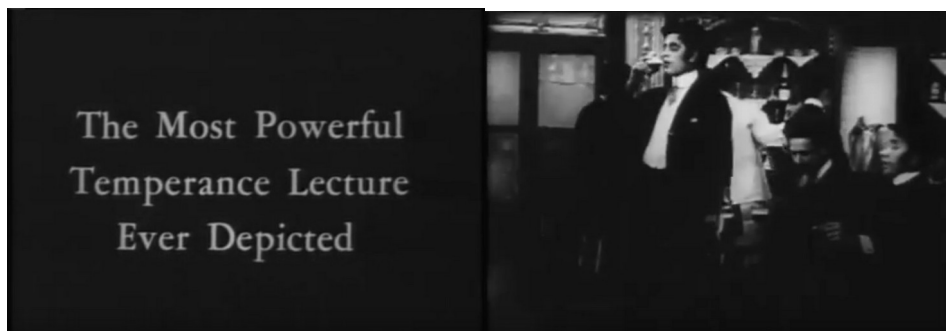


Crédito: *The Motion Picture and the Family*, edição de 15 out. 1934.

Em 1914 e 1915, artigos citando o potencial educativo de filmes em bibliotecas foram publicados, e em 1924 um comitê especial foi instituído pela ALA. Ao contrário da educação artística mais ou menos difusa mencionada anteriormente, aqui o termo é referente à educação de adultos e parece voltar à acepção adotada na defesa da implementação das primeiras bibliotecas públicas anglo-saxãs: *a educação é instrumental e moral*. Embora não haja detalhes sobre esses materiais, o depoimento de um bibliotecário californiano menciona filmes com assuntos “educacionais e científicos” (SIGLER, 1978, p. 10, tradução nossa), e, em outro momento, menciona seu esforço para obter um filme que mostrasse o trabalho de um consultor agrícola e da biblioteca do condado. Enquanto a faceta instrumental dessa educação é clara, deve-se lembrar também que os primeiros anos do século XX foram um período de consolidação de certa “linguagem cinematográfica”, em que gêneros fílmicos começaram a ser definidos — dentre eles, filmes chamados de “educativos” (figura 3). Nos Estados Unidos, esses filmes apareceram como resposta à dominação do mercado cinematográfico pela companhia francesa Pathé, com a preocupação de estabelecer sua identidade nacional via uma “educação moral”, efetivamente apagando o outro (fosse a hegemonia cultural francesa ou o

espectador imigrante que chegava no país) em um processo de aculturação (ABEL, 2010). O Film Forum Project, conduzido pela ALA com o financiamento da Carnegie Corporation durante a Segunda Guerra Mundial, também pode ser inserido neste eixo, com discussões realizadas após a exibição de filmes lidando com “problemas sociais ou econômicos correntes” (SIGLER, 1978, p.13, tradução nossa).

Figura 3 — Quadros de *Reforma de um bêbado*



Curta-metragem “sermão” que condena o alcoolismo. Crédito: D.W. Griffith / Biograph, 1909.

É possível identificar uma terceira função, cujo primeiro registro se deu em 1914: em Seattle, um concurso de aviões promovido por bibliotecários da seção infantil é *documentado* por uma filmagem. No mesmo ano, o bibliotecário da Califórnia, James Gillis, mencionado no parágrafo anterior, viaja pelo condado de Yolo atrás de seu filme. Esse documentar, portanto, tem um valor além do simples registro institucional, e se relaciona também com outras atividades da biblioteca e à própria comunidade onde está inserida.

Até a década de 1970, limite do artigo de Sigler, nota-se que a importância dos filmes nas bibliotecas públicas foi crescente. Graças à coordenação da ALA e às trocas entre profissionais, ideias puderam ser postas em prática em maior escala, e ao final dessa década, modelos de aquisição e tratamento já eram estabelecidos nas bibliotecas americanas. Nas últimas décadas cobertas por Sigler, porém, a discussão se volta à questão qualitativa, relativa ao mérito artístico dos filmes presentes nas bibliotecas. A preocupação com aspectos estilísticos além do “conteúdo” se deve, sem dúvidas, à intensificação da presença do audiovisual na sociedade. Já em 1956, Cecile Starr, uma educadora envolvida com a questão, coloca o filme como “o meio de comunicação do nosso tempo” (SIGLER, 1978, p. 18). Se o cinema torna-se particularmente relevante, é por se inserir de maneira excepcional num panorama cultural, social e econômico sensível a formas

imagéticas, que vai desde as fotografias e cartazes do final do século XIX até a televisão, presente em 98% dos domicílios americanos em 1978 (U.S. CENSUS BUREAU, 1983).

2 A MÉDIATHÈQUE E A LEITURA PÚBLICA

O termo *médiathèque* conserva similaridade etimológica com *bibliothèque*: o mesmo sufixo grego *-théké* (caixa, depósito) é mantido, enquanto os livros dão lugar à *média*, “procedimento que permite a distribuição, a difusão ou a comunicação de obras, de documentos, ou de mensagens sonoras ou audiovisuais” (LAROUSSE, 2020, tradução nossa). Para além do destaque a novas tipologias documentárias, este modelo de biblioteca está intimamente ligado com a defesa da biblioteca pública na França, questão que tem suas raízes nos ideais iluministas e na Revolução Francesa. O desenvolvimento particular dessa história explica a não-adoção do termo nos países anglo-saxões: na França, a *médiathèque* representou uma *ruptura* com a imagem tradicional da biblioteca, enquanto as *public libraries* demonstraram certas características desde seu início, como documentos imagéticos e programação cultural (MELOT, 1997).

Ao traçar essa linha do tempo, Bertrand (2010) identifica uma oposição entre as bibliotecas municipais e as bibliotecas populares. As primeiras, herdeiras das coleções confiscadas durante a Revolução, são caracterizadas como “bibliotecas de eruditos”. Se a administração pública agora é responsável por essas coleções desde o início do século XIX, a esperança de que “a leitura (e o leitor que emerge desta prática erudita) é a matriz do grande projeto do Iluminismo: formar os cidadãos pela instrução” (DAMIEN, 2003, p. 197⁴ apud BERTRAND, 2010, documento eletrônico, tradução nossa) encontra uma barreira: não há “escola do povo” se o povo não pode acessá-la. Apesar da administração municipal assegurar o acesso a todos em teoria, a prática revela outra história: em 1880, algumas bibliotecas municipais, consagradas pelo valor histórico de suas coleções, atraíam menos de 30 usuários por dia, e o empréstimo de materiais era muitas vezes limitado a professores ou inexistente.

Paralelamente, o século XIX viu o surgimento de bibliotecas populares, mantidas majoritariamente por associações privadas. Em certa medida, as circunstâncias para a disseminação⁵ dessas bibliotecas se assemelha com aquelas do Reino Unido: a necessidade de especialização dos trabalhadores impulsionada

4 DAMIEN, Robert. **Le conseiller du Prince de Machiavel à nos jours**: genèse d’une matrice démocratique. Paris: PUF, 2003. p. 197.

5 Uma nota elaborada pela École Nationale Supérieure des Sciences de l’information et des Bibliothèques conta mais de dez mil bibliotecas populares na França do século XIX. Disponível em: <https://www.enssib.fr/le-dictionnaire/bibliotheques-populaires>. Acesso em: 12 mai. 2020.

pelo desenvolvimento industrial vem acompanhada de uma preocupação moral de que esses sujeitos realizassem atividades “edificantes” durante seu tempo livre. Porém, ao contrário das bibliotecas públicas anglo-saxãs do século XIX, as bibliotecas populares têm seu laço com a educação continuada mais explícito, frequentemente criadas como complemento da educação formal. Em 1861, a *Bibliothèque des Amis de l'Instruction* (BAI) em Paris foi fundada para que os trabalhadores e artesãos que frequentavam as aulas da *Association Philotechnique* pudessem ter acesso aos livros utilizados nos cursos. Sua gestão era feita pelos próprios frequentadores (alunos e professores) (RICHTER, 1978), e seu acervo era formado tanto por obras de instrução, que tinham relação direta com os cursos oferecidos, quanto por obras de fruição, sugeridas pelos membros da associação e qualificadas para aquisição após voto (*BIBLIOTHÈQUE DES AMIS DE L'INSTRUCTION DU 3E ARRONDISSEMENT*, 2020). Enquanto uma pequena soma era cobrada pelo empréstimo das obras, o empréstimo era livre para todos, e logo outras unidades da BAI foram criadas pela cidade. Ao estabelecer condições concretas que facilitam o acesso do leitor — não mais o erudito, religioso ou aristocrata, mas agora primariamente o trabalhador — aos livros, as bases do debate sobre a *leitura pública* são postas.

Ao final da década de 1870, a cidade de Paris havia reestruturado as bibliotecas sob sua administração, de modo que cada uma das vinte subdivisões administrativas da cidade deveria ter sua própria biblioteca; empréstimos também eram realizados (GUÉRIN, 1983). Uma das iniciativas mais interessantes desse período foi a Biblioteca Forney, criada a partir da doação do comerciante Aimé-Samuel Forney, que deixara duzentos mil francos à cidade com a condição de que fossem destinados à “fundação de escolas laicas para os adultos dos dois sexos, de bibliotecas populares, e para assistir à fundação de escolas profissionais” (GUÉRIN, 1983, p. 147, tradução nossa). A decisão do conselho municipal foi de usar toda a verba para a criação de uma biblioteca profissional, inaugurando a Biblioteca Forney em 1886, num modelo que se aproximava daquele das bibliotecas populares. Mas ao invés de ser uma biblioteca generalista, a Forney especializou-se em artes decorativas e gráficas, oferecendo uma expressiva coleção de iconografia (COLLARD; MELOT, 2011) para consulta local (incluindo reprodução, prática proibida nas coleções de artes da Biblioteca Nacional da França) e empréstimo. O

acesso às prateleiras era livre, o catálogo era feito em fichas e o horário de funcionamento, estendido.

Apesar dos casos destacados acima, as bibliotecas francesas do século XIX ainda pareciam distantes das *public libraries* anglo-saxãs. Seu foco em uma educação “tradicional” — seja na valorização do passado, seja na capacitação “utilitária” do trabalhador — parece refletir muito pouco a posição central do país na construção da modernidade. A leitura pública, afinal, havia superado a leitura em voz alta de textos literários, de modo que as bibliotecas agora precisavam conciliar duas funções: a conservação de uma herança cultural e uma função educativa, que andam *lado a lado* na inserção do sujeito na sociedade (RICHTER, 1977). Na França do impressionismo de Manet (CRARY, 2010), dos cartazes publicitários de Chéret (VERHAGEN, 2010), das fotomontagens da Comuna de Paris (PRZYBLYSKI, 2010) e do cinema dos Lumières, a biblioteca como local de formação do cidadão apresenta uma grande lacuna.

2.1 A *médiathèque*, biblioteca pública

Quando Bertrand (2002) afirma só ser possível discutir a biblioteca pública na França a partir da década de 1970, a autora chama atenção a uma questão fundamental: somente a administração das bibliotecas pelo Estado não garante a apropriação daquele espaço pela comunidade. Ao longo do século XX, bibliotecários franceses criticaram a dicotomia entre biblioteca erudita e biblioteca popular, atentos às iniciativas de outros países, defendendo a biblioteca como serviço público essencial, que deve ser garantido a todos.

A *médiathèque* surge como resposta a esse quadro, mas dentro de um novo contexto: na década de 1960, a sociedade de consumo do pós-guerra chega à França, intensificando tendências de êxodo rural e crescimento urbano. É também a partir desse período que vemos uma intensificação da valorização da *informação como produto*, noção fundamental da sociedade pós-industrial. Se as demandas da industrialização foram um ponto de virada para as bibliotecas no século XIX, a sociedade da informação é o ponto de virada do século XX. Melot (2006, p. 208, tradução nossa) descreve esse novo modelo:

o conceito de *médiathèque* não deve ser reduzido à integração de novas mídias ao depósito de livros. A *médiathèque* responde mais amplamente à ideia de uma biblioteca aberta não somente a todos os tipos de documento mas também a todos os públicos, e a toda sorte de atividades de informação ou de lazer.

Levando em conta a definição de Melot, os “não-livros” são centrais nessa nova biblioteca pública não como simples adição aos catálogos, mas na medida em que essa variedade de documentos faz parte da vida de qualquer sujeito na sociedade pós-industrial. A partir desse ponto, é impossível ignorar o papel que as representações imagéticas têm nos processos de construção de sentido, bem como compartimenta-las a certos contextos. Esse entendimento é o que distingue a *médiathèque* da “biblioteca multifuncional dos letrados e iletrados” (DELAUNE, 1991, p.8, tradução nossa), com seus acervos diversos não unificados.

2.2 A BPI: do livro ao audiovisual

A Bibliothèque publique d'information (BPI), instalada no Centre national d'art et de culture Georges Pompidou (CNAC) e aberta em 1977, foi o exemplo fundador de *médiathèque*. Fruto de debates sobre a leitura pública que se estenderam por toda a década anterior (e exemplos práticos que prefiguraram a o uso do termo, como a biblioteca de Clamart e La Part-Dieu, em Lyon) (MELOT, 2006), a BPI foi concebida inicialmente como alternativa à Bibliothèque nationale de France, que, por ser uma biblioteca de conservação, não teria condições de receber um grande número de usuários e oferecer acesso aberto às suas estantes (SEGUIN, 1987). Como organismo associado ao CNAC, a BPI compartilha o espaço do centro com o Musée national d'art moderne/Centre de création industrielle e com o Institut de Recherche et Coordination Acoustique/Musique, todos ocupando o prédio desde sua abertura. Já no projeto do centro cultural, a intenção de diálogo entre diferentes meios é evidente.

À época da abertura, os três andares ocupados pela BPI estavam divididos em quatro espaços distintos: a biblioteca, maior espaço, dedicado “à formação continuada, ao trabalho, e à documentação em todos os domínios” (BARBIER-BOUVET; POULAIN, 1986, p. 225, tradução nossa), a sala de atualidades, dedicada às “atualidades, à informação e ao relaxamento” (BARBIER-BOUVET; POULAIN,

1986, p. 225, tradução nossa), a biblioteca infantil e o espaço expositivo. Inspirada nos modelos anglo-saxões de biblioteca pública, a BPI é organizada, física e intelectualmente, a partir de cinco pilares (BARBIER-BOUVET; POULAIN, 1986):

- a) *enciclopedismo*: todos os domínios do conhecimento devem estar presentes na biblioteca;
- b) *multimídia*: documentos impressos e audiovisuais estão disponíveis do mesmo modo, cabendo ao sujeito decidir o que escolher;
- c) *acesso aberto*: todo o material da biblioteca deve estar à mostra nas estantes dos espaços abertos ao público, de modo que recorrer a um profissional para acessá-los deve ser facultativo (com exceção de documentos frágeis);
- d) *abertura*: a entrada e saída da biblioteca não deve estar vinculada a nenhuma condição, seja ela social (restrição a moradores do bairro ou a ocupações específicas, por exemplo) ou administrativa (inscrição ou pagamento de alguma taxa);
- e) *obrigatoriedade da consulta no local*: nenhum material é liberado para empréstimo.

Enquanto os esforços para superar barreiras materiais de acesso à biblioteca são evidentes, a obrigatoriedade de consulta no local pode parecer contraditória para uma biblioteca que procura atender à maior diversidade de sujeitos possível. Durante toda a linha do tempo apresentada até agora, o empréstimo foi um ponto importante para garantir que o “público geral” (ou seja, aquele que tem uma disponibilidade de tempo livre reduzida, principalmente por sua ocupação) tivesse acesso aos materiais de uma biblioteca. A proposta de dar a mesma importância a toda tipologia de documento certamente tem suas dificuldades de ordem técnica, mas também apresenta um desafio simbólico, em especial na falta de um histórico de integração similar em bibliotecas. Ela é explicitamente intencional, parte do projeto da biblioteca, pois assume que o engajamento com qualquer documento forçosamente demanda *tempo*.

A coleção de filmes da BPI é até hoje um dos destaques da instituição, constituída inicialmente por oitocentos documentários — orientação que tornou-se a norma para outras *médiathèques* (REBOURS, 2014) — adquiridos e disponibilizados de modo a resolver questões jurídicas ligadas à exibição e não limitá-los à projeção

em salas (BLANGONNET, 2007). Esse acervo inicial era pensado como “complemento às coleções impressas, documentos sonoros e imagens fixas” (BIBLIOTHÈQUE PUBLIQUE D’INFORMATION, 2015, p. 18, tradução nossa). O acesso era, em maior parte, “semiaberto”: as caixas dos vídeos estavam nas estantes entre os livros (figura 4), e deviam ser levadas a um bibliotecário, que liberava o vídeo correspondente para consulta em uma das estações individuais na biblioteca⁶ (figura 5). Além disso, três pequenas salas, abertas, projetavam ininterruptamente uma programação semanal, com destaques escolhidos pelos bibliotecários.

Figuras 4 e 5 — Itens do acervo multimídia nas estantes entre os livros / estação de consulta de vídeos



Imagens do documentário *La valse des médias*. Crédito: Luc Moullet / Les Films d'Ici, Centre Georges Pompidou, BPI - Bibliothèque publique d'information, La Sept, 1987.

Em um estudo sobre os usuários da biblioteca alguns anos após sua abertura, Barbier-Bouvet e Poulain (1986) identificam uma tendência particular relacionada ao uso do filme na biblioteca: a maioria desses sujeitos, que respondiam apenas a 10% do uso total de materiais, preferia assistir às projeções abertas ao invés de escolher um filme nas estantes ou pelo catálogo. Na BPI, reencontramos a função de *ilustração* do filme na biblioteca: os documentários estão condicionados ao texto dessa imensa enciclopédia. Uma vez que o texto escrito é garantido e o acesso aos vídeos apresenta dificuldades, a ilustração torna-se, em certa medida, opcional.

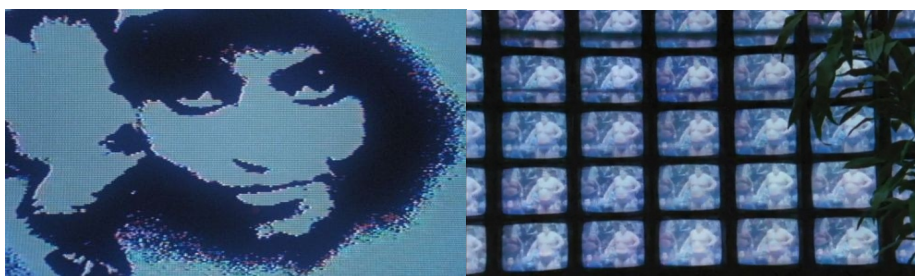
Outra consequência da orientação inicial voltada a documentários foi a biblioteca assumir uma certa vocação para a conservação. De modo distinto de uma instituição que tem na conservação sua atividade fim, como bibliotecas nacionais ou

⁶ Hoje, parte da coleção de filmes, em formato digital, pode ser acessada diretamente nas estações de consulta individual; outra parte, porém, mantém-se sob acesso fechado.

cinematecas, ao priorizar documentários no seu acervo a BPI passou a garantir a *circulação* desses filmes, geralmente fora do circuito comercial e restritos a exhibições pontuais em eventos. Sigler (1978) já apontava uma aproximação entre diretores independentes e bibliotecas públicas nos Estados Unidos, mas no exemplo francês, essa relação toma outras proporções: desde 1979 a BPI organiza o festival de documentários Cinéma du Réel, que teve como um de seus idealizadores Jean Rouch, grande nome do *cinéma vérité*. A iniciativa do festival é complementada pela responsabilidade de compor um catálogo nacional de filmes documentários, disponibilizado a outras bibliotecas públicas pelo país (BIBLIOTHÈQUE PUBLIQUE D'INFORMATION, 2015).

Outros segmentos também compõem o acervo atual de filmes da BPI, em uma proporção menor: filmes animados, registros de espetáculos de teatro, ópera, dança e concertos, além de uma recente coleção de filmes de ficção, mas o foco continua nos documentários, que agora admitem “documentários ‘de criação’, filmes de autor e ‘ensaios’ cinematográficos” (BIBLIOTHÈQUE PUBLIQUE D'INFORMATION, 2015, p. 18, tradução nossa). Essa observação torna a questão do filme ligado a uma informação enciclopédica ainda mais complexa, na medida em que o cinema moderno, vindo do pós-guerra, hoje identificado com a ideia de filmes autorais, se constrói com base em relações entre os componentes da imagem distintas daquelas que sustentam o cinema clássico (DELEUZE, 2018). O filme-ensaio — categoria em que se encaixam obras que propuseram diálogos originais entre o cinema e outras mídias, como *Sem sol* (1983) de Chris Marker (figura 6) e *História(s) do cinema* (1988-1998) de Jean-Luc Godard (figura 7) — é especialmente sensível, já que lida com “recriar o mundo e sua história” (CORRIGAN, 2015, p. 89) a partir de um eu.

Figura 6 — A multimídia e a viagem no tempo-espaço em *Sem sol*



Crédito: Chris Marker / Argos Films, 1983.

Os dados mais recentes disponíveis sobre o uso da biblioteca disponíveis não excluem a possibilidade de exploração do audiovisual: os motivos principais para uma visita à BPI são, em ordem: trabalhar ou estudar (80%), escrever (59%), acessar a *Internet* (50%), ler ou consultar ao menos um documento (42%) e escutar música (21%); essas respostas não são excludentes. No mesmo ano, 66% dos visitantes frequentavam a biblioteca sozinhos (BIBLIOTHÈQUE PUBLIQUE D'INFORMATION, 2018). Enquanto nenhum desses números é estranho a bibliotecas públicas atualmente, tomados em conjunto eles parecem apontar a uma “*privatização*” do uso da biblioteca, situação que a obrigatoriedade de consulta no local procurava inibir. Afinal, uma biblioteca pública deve ser um local de trocas, e a lógica pós-industrial torna esse imperativo ainda mais urgente: seja pela circulação acelerada das informações e bens culturais, seja pela necessidade de contorná-la para inserir-se como sujeito na sociedade.

Figura 7 — O século XX: do Impressionismo ao vídeo



Proposta para a produção de *História(s) do cinema*. Crédito: Jean-Luc Godard / JLG Films, 1988.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar as práticas desenvolvidas nas *public libraries* e nas *médiathèques*, foi possível verificar que a presença de filmes nessas bibliotecas públicas não é “acidental”, uma mera adição de novos formatos ao acervo, mas sim uma decisão justificada, relacionada à própria ideia de biblioteca pública. Conforme os ideais iluministas que inspiraram a criação dessa biblioteca moderna, os filmes fazem parte da biblioteca pública na medida em que lembramos da sua missão de oferecer educação a todos — formar cidadãos é ajudá-los a manusear as ferramentas que fazem com que se insiram na sociedade. Em um mundo em que formas imagéticas ganham cada vez mais espaço, os filmes tornaram-se instrumentos ao lado dos livros, e, em seus respectivos contextos, vimos os esforços dos bibliotecários dos Estados Unidos e da França em garantir o acesso a esses documentos.

Como observado nos capítulos anteriores, garantir que todos tenham acesso aos materiais é um dos pontos principais na constituição dessas bibliotecas públicas: a dificuldade de acesso, seja por motivo financeiro ou por questões físicas como a proibição de consultar as estantes diretamente, constitui uma barreira material que distancia o sujeito da biblioteca. Ao longo dos séculos XIX e XX, grandes avanços foram feitos nesse sentido, exemplificados neste trabalho pelas iniciativas em rede das bibliotecas americanas e pela organização das *médiathèques*; porém, a partir do momento em que essa ênfase torna-se um *paradigma*, outras questões vêm à tona.

As contradições que Delaune (1991) aponta na *médiathèque* após um primeiro período de popularização do modelo podem servir de base para uma reflexão mais alargada sobre os filmes (e os livros) na biblioteca pública. Inevitavelmente inserida numa lógica de circulação intensa, a *médiathèque* é um local de difusão de informações e produtos culturais — seu caráter aberto (de espaço, de pessoas, de admissão dos “não-livros”) também faz parte dessa lógica, relacionada ao seu rompimento com a biblioteca tradicional, aquela dos eruditos (BERTRAND, 2010). Daí pode-se propor outra pergunta: de que ordem é a integração social do sujeito que está relacionada com a biblioteca pública?

Num momento de intensificação de propostas tecnocratas, a herança positivista da biblioteca pública mostra suas limitações: a “inserção do sujeito na sociedade” se dá enquanto ele responde às demandas do capital. Seja aprendendo

uma profissão ou procurando lazer, demandas devem ser satisfeitas da maneira mais eficiente possível, de modo que a dimensão simbólica dessas atividades é, após certo ponto, relegada, colocando a própria ideia de sujeito (aquele que *age*) em uma posição secundária. Atrelada a um tempo acelerado, a busca por eficiência incentiva a adoção de medidas que simplificam processos.

É aí que retomamos a questão do lugar do filme na biblioteca. Sob essas condições, os documentos imagéticos — em especial o filme, com suas características narrativas — correm o risco de tornarem-se um desses atalhos. Aqui, a oposição entre fruição e conhecimento sinalizada por Snape (1995) ganha outros contornos, de modo que agora uma segunda oposição se constitui entre a “facilidade” da imagem, apreendida rapidamente, familiar, e a cultura “elitizada” da leitura, que requer, além da alfabetização, mais tempo para sua realização. Afinal, em cerca de noventa minutos pode-se terminar a adaptação cinematográfica de um romance de centenas de páginas, e de um modo muito mais atrativo; assistir a um vídeo de alguns minutos não requer folhear um jornal em busca da notícia. Acreditar que essas práticas sejam equivalentes, porém, implica em dizer que o sujeito do conhecimento na biblioteca deve ser um sujeito passivo, que deve apenas receber os conteúdos legitimados sob guarda da biblioteca.

Como Civallero (2013) lembra, os signos da escrita são distintos na medida em que ultrapassam a função de auxílios para a memória a que se restringiam anteriormente. Aquele que lê é também aquele que escreve, porque a leitura é elaboração de sentidos, ação que mobiliza tanto o escrito quanto o não-escrito. Não há “senhor dos signos” que domine apenas a técnica — a dimensão simbólica vai além do material, que é capaz de articular o pessoal e o universal, a memória. O conhecimento a partir da cultura é, portanto, *construção*: processo que compreende dificuldades e embates, uma vez que envolve, justamente, sujeitos, e não autômatos que apenas recebem ou transmitem dados. Na educação continuada que forma o cidadão, o plano da técnica e o plano simbólico são inseparáveis.

Se hoje — em um momento em que os meios de acesso são multiplicados — o filme é parte da biblioteca pública, é porque responde à tarefa de educação cultural da biblioteca. Não como substituto do texto escrito, mas, a seu próprio modo, como uma variação dessa leitura descrita acima. Ler a imagem cinematográfica é “reencadear em vez de encadear, é girar, revirar, em vez de seguir do lado direito” (DELEUZE, 2018, p. 354-355): a leitura da imagem, ao contrário de um processo

automático, que “segue do lado direito”, é o exercício de um olhar construído não apenas pelo cineasta, mas também pelo sujeito que assiste o filme e o questiona. Num cenário intersemiótico, tal esforço deve ser tomado lado a lado daquele próprio ao texto escrito no processo de apropriação que nos ajuda a compreender nossa posição no tempo e no espaço, condição fundamental para que possamos agir. É precisamente neste agir pautado por um julgamento da informação que o sujeito passa a cuidar e protagonizar e o mundo (ARENDT, 2006), ou seja, *torna-se cidadão* (figura 8).

Figura 8 — *A Antígona de Sófocles, na tradução de Hölderlin, tal como foi adaptada ao palco por Brecht em 1948 (edições Suhrkamp)*



Crédito: Danièle Huillet, Jean-Marie Straub / Filmproduktion, Pierre Grise Productions, 1991.

REFERÊNCIAS

ABEL, Richard. Os perigos da Pathé ou a americanização dos primórdios do cinema americano. *In*: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. p. 215–256.

ARENDT, Hannah. **Between past and future**: eight exercises in political thought. New York: Penguin Books, 2006.

BARBIER-BOUVET, Jean-François; POULAIN, Martine. **Publics à l'œuvre**: pratiques culturelles à la Bibliothèque publique d'information du Centre Georges Pompidou. Paris: Éditions de la Bibliothèque publique d'information, 1986. DOI: [10.4000/books.bibpompidou.343](https://doi.org/10.4000/books.bibpompidou.343). Disponível em: <http://books.openedition.org/bibpompidou/343>. Acesso em: 21 mai. 2020.

BERTRAND, Anne-Marie. **Bibliothèque publique et public library**: essai d'une généalogie comparée. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2010. DOI: [10.4000/books.pressesenssib.897](https://doi.org/10.4000/books.pressesenssib.897). Disponível em: <http://books.openedition.org/pressesenssib/897>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BERTRAND, Anne-Marie. **Les bibliothèques municipales**: enjeux culturels, sociaux, politiques. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2002.

BIBLIOTHÈQUE DES AMIS DE L'INSTRUCTION DU 3E ARRONDISSEMENT. **Histoire de la BAI**. 2020. Disponível em: <http://bai.asso.fr/wordpress/histoire-de-la-bai/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BIBLIOTHÈQUE PUBLIQUE D'INFORMATION. **Baromètre**. 2018. Disponível em: <https://pro.bpi.fr/etudes/observation-des-publics-de-la-bpi/barometre>. Acesso em: 22 mai. 2020.

BIBLIOTHÈQUE PUBLIQUE D'INFORMATION. **Charte et bilan documentaires**. 2015. Disponível em: <https://pro.bpi.fr/chartetbilan>. Acesso em: 22 mai. 2020.

BLANGONNET, Catherine. Les films à la Bibliothèque publique d'information. **Bulletin des bibliothèques de France**, Villeurbanne, n. 2, p. 36–40, 2007. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2007-02-0036-006>. Acesso em: 21 mai. 2020.

BOSI, Alfredo. **Considerações sobre tempo e informação**. São Paulo: IEA-USP, 1995. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/bosiinternet.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRODHERSON, David. Public library picture collecting in late nineteenth-century America. **Library & information history**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 3–25, 2012. DOI: [10.1179/1758348911Z.0000000001](https://doi.org/10.1179/1758348911Z.0000000001). Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1179/1758348911Z.0000000001>. Acesso em: 24 abr. 2020.

CIVALLERO, Edgardo. **De tabllillas y papiros: ensayos sobre la lectura y la escritura en la Antigüedad**. 2013. Disponível em: <https://www.aacademica.org/edgardo.civallero/47>. Acesso em: 15 jun. 2020.

COLLARD, Claude; MELOT, Michel (org.). **Images et bibliothèques**. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 2011.

CORRIGAN, Timothy. **O filme-ensaio: desde Montaigne e depois de Marker**. Campinas: Papirus, 2015.

CRARY, Jonathan. A visão que se desprende: Manet e o observador atento no fim do século XIX. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. p. 67–94.

DELAUNE, Anne-Marie. La médiathèque incertaine. **Bulletin des bibliothèques de France**, Villeurbanne, n. 1, p. 8–11, 1991. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1991-01-0008-001>. Acesso em: 20 mai. 2020.

DELEUZE, Gilles. **Cinema 2 — A imagem-tempo**. São Paulo: Editora 34, 2018.

GARCÍA LÓPEZ, Genaro Luis. Evolución histórica de los conceptos de biblioteca pública, sistema de bibliotecas y política bibliotecaria. **Códices**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 9–20, 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/20272/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUÉRIN, Denis. La lecture publique à Paris au XIXe siècle. **Bulletin des bibliothèques de France**, Villeurbanne, n. 2, p. 143–153, 1983. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1983-02-0143-003>. Acesso em: 13 mai. 2020.

HANSEN, Miriam Bratu. Estados Unidos, Paris, Alpes: Kracauer (e Benjamin) sobre o cinema e a modernidade. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. p. 405–450.

JOHNSON, Elmer D.; HARRIS, Michael H. **History of libraries in the western world**. Metuchen, N.J.: Scarecrow Press, 1976.

KELLER, Alexandra. Disseminações da modernidade: representação e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. p. 185–213.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (org.). **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. Lisboa: Direção-Geral do livro, dos arquivos e das bibliotecas, 2013. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LIBRARY. In: **LEXICO**. [S.l.]: Oxford University Press, 2020. Disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/library>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MANIFESTO da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MÉDIA. In: **DICTIONNAIRE de français Larousse**. [S.l.]: Larousse Éditions, 2020. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/m%C3%A9dia/50085>. Acesso em: 12 mai. 2020.

MELOT, Michel. Le temps des médiathèques. **Bulletin des bibliothèques de France**, Villeurbanne, p. 207–232, avril 2006. Numéro hors série. Disponível em: <https://presses.enssib.fr/catalogue/regards-sur-un-demi-siecle>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MELOT, Michel. Médiathèque. In: CACALY, Serge (org.). **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997. p. 397–399.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PERAYA, Daniel. Médiation et médiatisation: le campus virtuel. **Hermès, la revue**, [S. l.], n. 25, p. 153–167, 1999. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-1999-3-page-153.htm?contenu=resume>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PRZYBLYSKI, Jeannene M. Imagens (co)moventes: fotografia, narrativa e a Comuna de Paris. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. p. 289–316.

REBOURS, Camille. **Le film documentaire en bibliothèque publique: quel avenir ?** 2014. Mémoire (Diplôme de conservateur des bibliothèques) - Université de Lyon, Lyon, 2014. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/notices/64163-le-film-documentaire-en-bibliotheque-publique-quel-avenir>. Acesso em: 21 mai. 2020.

RICHTER, Noë. Histoire de la lecture publique en France. **Bulletin des bibliothèques de France**, Villeurbanne, n. 1, p. 1–24, 1977. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1977-01-0001-001>. Acesso em: 13 mai. 2020.

RICHTER, Noë. Aux origines de la lecture publique. **Bulletin des bibliothèques de France**, Villeurbanne, n. 4, p. 221–249, 1978. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1978-04-0221-001>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SEGUIN, Jean-Pierre. **Comment est née la Bpi: invention de la médiathèque**. Paris: Éditions de la Bibliothèque publique d'information, 1987. DOI: [10.4000/books.bibpompidou.1899](https://doi.org/10.4000/books.bibpompidou.1899). Disponível em: <http://books.openedition.org/bibpompidou/1899>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SHAPIRO, Jeremy J.; HUGHES, Shelley K. Information literacy as a liberal art. **Educom review**, Washington, D.C., v. 31, n. 2, p. 31–35, 1996. Disponível em: <https://www.educause.edu/ir/library/html/erm/31231.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SIGLER, Ronald F. A rationale for the film as a public library resource and service. **Library trends**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 9–26, 1978. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/6996>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SNAPE, Robert. **Leisure and the rise of the public library**. London: Library Association, 1995.

STURGES, Paul. Great city libraries of Britain: their history from a European perspective. **Library history**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 93–111, 2003. DOI: [10.1179/lib.2003.19.2.93](https://doi.org/10.1179/lib.2003.19.2.93). Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1179/lib.2003.19.2.93>. Acesso em: 24 abr. 2020.

UNITED STATES. BUREAU OF EDUCATION. **Report of the commissioner of education for the year 1899-1900**. Washington: Government Printing Office, 1901. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/coo.31924067337406>. Acesso em: 26 abr. 2020.

UNITED STATES. CENSUS BUREAU. Media utilization — telephone and telegraph systems. In: **Statistical abstract of the United States 1982-83: national data book and guide to sources**. 103d. ed. Washington, D.C.: U.S. Census Bureau, 1983. p. 555. Disponível em: <https://www.census.gov/history/pdf/1978tvsets.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

VERHAGEN, Marcus. O cartaz na Paris fim de século: “Aquela arte volúvel e degenerada”. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. p. 127–156.

XAVIER, Ismail. Prefácio à edição brasileira. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010. p. 9–15.

APÊNDICE A - BUSCA DE LITERATURA

Data da busca: 03-12/04/2019

Características das bases de dados	LISA	E-LIS	BRAPCI	Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text	Archive ouverte HAL	Scielo
URL	https://search-proquest.ez67.periodicos.capes.gov.br/lisa/index	http://eprints.rclis.org/	http://www.brapci.inf.br/	http://web-b-ebshost.ez67.periodicos.capes.gov.br/ehost/search/basic?vid=0&sid=29d07eaf-3f41-4b52-a1b0-b0723310716f%40sessionmgr104	https://hal.archives-ouvertes.fr/	http://scielo.org
Tipo de busca	Avançada	Avançada	Simples	Avançada	Avançada	Avançada
Campos	todos	todos	todos	todos	todos	todos
Refinamento	Artigo, trabalho de conferência, capítulo de livro, livro. Excluindo: periódicos comerciais	Livro, capítulo de livro, artigo (paginado e não-paginado), trabalho de conferência	não	Artigo, livro, capítulo de livro, trabalho de conferência. Excluindo: revistas	Publicações, trabalhos universitários; domínio: ciências do homem e da sociedade	WoS áreas temáticas: ciência da informação e biblioteconomia

	s	a		comerciais		
Período	1968-2018	2003-2018	1972-2019	1970-2019	1985-2019	2005-2018

Termos de Busca						
Idioma: português						

Audiovisual	104	40	132	24		30
Audiovisual biblioteca	52	35	21	11		1
Cinema biblioteca	39	47	11	3		1

Idioma: inglês						
----------------	--	--	--	--	--	--

Audiovisual	1110 [4819]	210		538 [3287]		-
Audiovisual library	611 [4224]	127		257 [2856]		-
Library film NOT microfilm	856 [3692]	240		1407 [8805]		-
“Multimedia library”	72	496		132		1

Idioma: francês

Audiovisu el	34	6		115	*	-
Audiovisu el bibliothèq ue	9	6		50	15	-
Film bibliothèq ue	24	9		66	10	-
Cinéma bibliothèq ue	15	4		15	13	-
Image bibliothèq ue	60	24		50	73	-
Médiathèq ue	110	11		157	32	-

Idioma: espanhol

Audiovisu al	290	580	*	158		26
Audiovisu al biblioteca	68	408	*	17		3
Cine biblioteca	60	1	5	3		1

Legenda:

*: estratégia traz um grande número de resultados que, devido às opções de refinamento da base, não podem ser confirmados como pertencentes à áreas relevantes à pesquisa.

:- apesar das possibilidades de refinamento da base, nenhum resultado foi encontrado com a estratégia.

Em branco: não aplicável para a base em questão.

Colchetes: devido ao grande número de resultados, a estratégia foi restrita para buscar apenas em resumos. Os números entre colchetes referem-se à estratégia de busca anterior.